



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE EMPREENDIMENTOS LOCAIS

MAÍSA EMANUELA FONTES AMORIM SOUSA

**A POTENCIALIZAÇÃO DA RENDA IRLANDESA COMO
FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA EM SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE - BRASIL
2015

MAÍSA EMANUELA FONTES AMORIM SOUSA

**A POTENCIALIZAÇÃO DA RENDA IRLANDESA COMO
FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO
MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA EM SERGIPE**

Artigo apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Nobrega

2015

A POTENCIALIZAÇÃO DA RENDA IRLANDESA COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA EM SERGIPE

Artigo de Mestrado defendido por **Maísa Emanuela Fontes Amorim Sousa** e aprovado em **05 de Outubro de 2015** pela banca examinadora constituída pelos doutores.

Prof. Dr. Wagner Nobrega (Orientador)
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Marco Antônio Jorge
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Msc. Joab Almeida Silva
Universidade Federal de Sergipe

Dedico este artigo aos meus exemplos de vida, meus pais, Manoel Amorim Filho (*in memoriam* e sempre na memória) e Maria das Graças Fontes Amorim por todo o amor dedicado a mim. Ensinarão-me a amar, viver e reconhecer os principais valores da vida. Sei que tudo que alcancei é reflexo de seus ensinamentos e muito me orgulho de tê-los em minha vida. Com vocês aprendi o que é ser uma pessoa de verdade, com caráter, honestidade, e disposta sempre a enfrentar os obstáculos do dia a dia. A vocês, a quem amo muito, ofereço esta conquista.

Agradeço o sucesso deste trabalho a DEUS, que em todos os momentos esteve ao meu lado, dando-me forças para seguir em frente, que dentro de sua imensa sabedoria me permite, agora, dar mais este passo para o meu crescimento. Obrigado pelo SEU amor e pela minha existência.

Ao Fábio, meu querido esposo e companheiro a quem, quero primeiro agradecer pela compreensão, apoio e paciência nesta longa jornada de estudo e ausência nos momentos de lazer.

A Maria das Graças, minha genitora e querida mãe, pelo exemplo profissional e pessoal, por todo o amor, carinho, apoio incondicionais e pelo incentivo até o fim dessa etapa árdua.

Ao Manoel Amorim Filho (*in memoriam*), meu querido pai e genitor, que mesmo na sua ausência fez-se presente no meu dia-a-dia, por meio do seu amor, carinho e ensinamentos transmitidos durante sua curta estadia em nosso meio.

Aos meus irmãos Emanuel Sérgio, Marília Emanuela e Cleômenes Sérgio, que sempre me deram amor, força e entenderam a minha ausência em alguns períodos, me ajudando e incentivando para a conclusão desta etapa em minha vida. Amo vocês.

Aos educadores e professores do Núcleo de Pós-Graduação em Economia, cujos ensinamentos e observações foram muito importantes para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Ao Wagner Nobrega, meu orientador, um agradecimento especial, pelos constantes incentivos a pesquisa e pelas contribuições inestimáveis no trabalho de orientação, sempre instigando nos seus orientados, a perseverança na superação de obstáculos e limitações.

Aos colegas do curso, pelo convívio saudável ao longo do período das aulas e pela troca de informações e experiências, tornando mais agradáveis as aulas do mestrado.

Aos meus amigos e amigas, que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação.

A todos aqueles que, próximos ou distantes, fizeram-se presentes com palavras de força, demonstração de carinho e, principalmente, serenidade e humildade para entender a ausência e austeridade por mim demonstrada em situações difíceis.

Obrigada,

Senhor DEUS, por ter-me dado forças para ir até o fim.

*“Toda transformação começa sempre caótica e desconfortável.
Os caminhos conhecidos são seguros e fáceis,
Mas só conduzem aos lugares onde já estamos
E não desejamos ficar.
O caminho para o novo é cheio de riscos, surpresas e cansaço.
Mas sempre premia os que escolhem
Com a chance de descobrirem e experimentarem
A vida que imaginaram viver”.*

Geraldo Eustáquio de Sousa

A potencialização da Renda Irlandesa como ferramenta para o Desenvolvimento Local do município de Divina Pastora em Sergipe

The enhancement of Irish income as a tool for Divina Pastora municipality of Local Development in Sergipe

Maísa Emanuela Fontes Amorim Sousa¹

Wagner Nóbrega²

Resumo: O presente artigo propõe ferramentas que aumentem os efeitos econômicos positivos da renda irlandesa do município sergipano de Divina Pastora, através do aproveitamento de oportunidades das capacidades locais. Para tanto, identifica-se a participação de atores locais, públicos e privados, de cuja interação pode resultar a melhora econômica das artesãs de Divina Pastora. Também é investigado se a gestão participativa dos recursos disponíveis pode contribuir na melhora das condições econômicas das artesãs tratadas.

Palavras chaves: Arranjo Produtivo Local. Renda Irlandesa.

1. INTRODUÇÃO

Os arranjos produtivos locais, como sistema de desenvolvimento das economias locais, privilegiam a observação do aproveitamento das estruturas produtivas locais e de seus relacionamentos institucionais, a fim de torná-las mais eficientes e apropriadas à geração de riquezas e bem estar social.

No caso do artesanato, o papel exercido pelo ambiente cultural é de destaque nos APL. Nesse caso, os APL são caracterizados pelos conhecimentos tácitos advindos de manifestações artísticas e culturais de um povo, com os quais são demonstradas as particularidades de cada região de interagir e transmitir conhecimentos, como também a cultura é o próprio insumo da produção.

O município sergipano de Divina Pastora tem no artesanato da renda irlandesa um forte segmento da cultura local. As artesãs conciliam a sua habilidade manual à sua criatividade artística, transmitindo o “saber fazer” renda irlandesa de maneira intrageracional e intergeracional. Atualmente essa atividade artesanal é desenvolvida por mais de uma centena de artesãs de diversas idades, o que equivale a praticamente, um quarto da mão-de-obra empregada formalmente.

¹ Mestre em Economia, na linha de pesquisa de Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Consultora em Desenvolvimento Territorial do SEBRAE/SE.

² Doutor em Economia pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Mestrado Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo propor ferramentas que aumentem os efeitos socioeconômicos positivos da renda irlandesa no desenvolvimento local do município de Divina Pastora, através da potencialização do APL daquele artesanato. Para tanto, o presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa baseada no referencial teórico dos arranjos produtivos locais, e para qual foram feitos questionários compostos de questões abertas e fechadas, aplicados *in loco* a três grupos distintos de respondentes, quais sejam, a associação das artesãs, as artesãs e outras organizações.

O artigo encontra-se estruturado em seis seções, sendo esta introdução à primeira delas. Na revisão da literatura, que é a próxima seção, enfatizam-se os temas que embasam o estudo. A discussão sobre o artesanato é feita na terceira seção. A metodologia ocupa a quarta seção. Ela é seguida da análise dos resultados. Na sexta seção, são apresentadas as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Teoria do Arranjo Produtivo Local (APL).

Por definição, os Arranjos Produtivos Locais podem ser conceituados como uma “aglomeração territorial de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência”. (ALBAGLI e BRITO, 2002).

Suas características principais são assim relacionadas por Cassiolato, Lastres e Szapiro (2000):

- Dimensão territorial: caracteriza-se pela proximidade ou concentração geográfica dos atores do arranjo produtivo local capaz de compartilhar e integrar visões e valores econômicos, trazendo diversidade e vantagens competitivas em detrimento a outras localidades.
- Diversidade das atividades e dos atores: tem-se o envolvimento, a participação e a interação de empresas de bens e serviços, sindicatos, governo, instituições de ensino, instituições de pesquisa e desenvolvimento, empresas de consultoria e de assistência técnica, ONGs, instituições financeiras e de apoio, organizações públicas e privadas.
- Conhecimento tácito: o conhecimento adquirido pode ser repassado através da interação de maneira não codificada e imaterial, ou simplesmente por meio da cultura local, tornando-se uma vantagem competitiva para quem o detém.
- Inovações e aprendizados interativos: surgem a partir da interação dos atores com vista à constituição de fontes fundamentais para a transmissão de conhecimentos e consequente ampliação da capacitação produtiva, a fim de alcançar à efetiva competitividade.

- Governança: aborda às diferentes formas de lideranças, governanças e hierarquias no arranjo produtivo local, capaz de tomar decisões diferenciadas (centralizada e descentralizada; mais ou menos formalizada), conforme o processo de disseminação do conhecimento adquirido.

Os Arranjos Produtivos Locais são, segundo Cassiolato e Szapiro (2003), um tipo de aglomeração produtiva, assim como os distritos industriais e os *clusters*. No caso brasileiro, por definição da RedSist, esses conceitos se confundem, pois “onde se produz, há uma APL” (Lastres e Cassiolato, 2003). Essa ideia é reforçada em Cassiolato e Szapiro (2003), que dizem que o conceito de Aglomerado tem sido apresentado de maneira simples, como sinônimo de concentração setorial e espacial de firmas.

Para que se entenda a natureza e significado do conceito de APL, pode-se lançar mão de Costa (2002). Esse autor enxerga no conceito de Distrito Industrial a origem comum àquelas outras classificações citadas por Cassiolato e Szapiro (2003).

O conceito teria sido originalmente usado pelo economista Alfred Marshall, em “*Principles of Industry Economics*”, para se referir à forma de organização produtiva encontrada nas cidades de Manchester e Sheffield (Inglaterra). Segundo Costa,

Marshall argumenta que a concentração industrial e a especialização setorial, ao induzir a concentração de mão-de-obra qualificada e ao promover a circulação de informação e de know-how entre as empresas, potencializa a germinação de economias portadoras de vantagens empresariais. (COSTA, 2002, p. 287)

Em seguida, o conceito foi introduzido na Economia Regional por Becatinni.

Garmise, José Reis e Courlet & Dimou, também segundo Costa (2002), em diferentes trabalhos teriam aperfeiçoado o conceito de Distritos Industriais como um “conjunto alargado de iniciativas, de relações de cooperação e de redes locais, que lhes conferem uma série de vantagens específicas, nomeadamente do surgimento de um certo número de economias externas de aglomeração” (COSTA, 2002). Tais concepções fazem parte de um conceito de Região que nos remete para um entendimento particular de Desenvolvimento Regional.

Elas nascem da literatura sobre Desenvolvimento Regional do final da década de 1980 e ao longo da de 1990, a exemplo de Coragio (1980) e Markussen (1990), conforme Rolim (2004, p. 5), e tratam como Região não o espaço físico, mas um subsistema social, no qual o espaço de interações sociais – construídas sobre uma identidade cultural, cujo costume envolve normas e saberes – desenham uma relação particular com os recursos naturais locais e da relação desses com o exterior.

Diante disso, Região é entendida como:

...matriz de grupos sociais cujo nexo de articulação seja dado pela

consciência coletiva de pertencer a um território comum que, formando parte de um território nacional, possui suficientes especificações (recursos, cultura, paisagem, etnia, etc.) para diferenciar-se em tudo, e cujos interesses fracionais ou de classe estejam subordinados estruturalmente a um interesse coletivo regional, expresso em reais projetos políticos, tanto de caráter permanente como transitório. (BOISER, *apud* ROLIM, 2004, p. 6)

O microcosmo assim formado pela Região diferencia as regiões uma das outras, permitindo o desenvolvimento daquilo que Putnam *apud* Rolim (2004, p. 6) chama de Capital Social. Conceito esse, por sua vez, que

...também pode ser visto como a construção de uma ordem social coletiva, com o estabelecimento de um processo de regulação microconstitucional, que estabelece as rotinas institucionais, normas e valores que irão permear as organizações que os articulam (COOKE e MORGAN *apud* ROLIM, 2004, p. 6).

Sob essa perspectiva, o “saber fazer”, seria não a técnica em si, mas a geração da informação e transmissão do conhecimento. Tal “saber fazer” é visto como um processo de “*learning*”, que teria, ainda segundo os autores citados, dois níveis, quais sejam o de competências (*competence*) e o de capacidades (*capability*). O primeiro representaria a habilidade para realizar uma tarefa específica, enquanto o segundo, a “compreensão dos mecanismos subjacentes à solução do problema envolvido na tarefa” (COOKE e MORGAN *apud* ROLIM, 2004, p. 6). É neste último sentido que podemos entender o papel potencializador ou inibidor do desenvolvimento que a configuração específica, com que as instituições são desenhadas em cada Região, representa. Para os autores citados, os mecanismos subjacentes à solução de problemas dependem das organizações e na relação entre elas, conforme se pode depreender como condição prévia para a identificação de um Sistema Regional de Inovação, da leitura abaixo.

As regiões que possuem o conjunto ideal de organizações para a inovação inseridas em um meio institucional adequado (Johnson and Gregersen, 1996; Maillat, 1995) onde ligações sistêmicas e comunicação interativa entre os atores da inovação é um fato normal, enquadram-se na designação de sistema regional de inovação. A expectativa é que esse conjunto de organizações seja constituído de universidades, laboratórios de pesquisa básica, laboratórios de pesquisa aplicada, agências de transferência de tecnologia, organizações regionais de governança, públicas e privadas, (p.ex., associações comerciais, câmeras de comercio), organizações de treinamento vocacional, bancos, empresários dispostos a desenvolver novos produtos em parcerias de risco, pequenas e grandes empresas interagindo. Além disso, essas organizações devem demonstrar vínculos sistêmicos através de programas em comum, participação conjunta em pesquisa, fluxos de informações e pelo estabelecimento de linhas de ação política pelas organizações de governança. Esses são sistemas que combinam aprendizado com capacidade de inovação... (COOKE e MORGAN *apud* ROLIM, 2004, p. 7)

Pode-se distinguir na citação acima entre dois sistemas. O sistema de informação seria condição necessária para o de inovação. Enquanto subjacente a

este último, pode-se da interpretação dada por Rolim (2004, p. 8) deduzir-se que os mesmos subsistemas de inovação são encontrados no sistema de informação, quais sejam, um subsistema de aprendizado, outro financeiro e outro que Rolim (2004) chama de cultura produtiva, distinto do primeiro, principalmente pela transmissão do conhecimento tácito, enquanto no primeiro circularia o codificado.

O funcionamento de cada subsistema e a relação entre eles determinariam o desenvolvimento de uma Região, abrangendo a forma, intensidade e extensão com que o desenvolvimento acontece.

Os aparelhos de Estado são fundamentais nesse sistema. Eles serviriam de infraestrutura, como Carleal e Cooke e Morgan *apud* Rolim (2004, p. 7) chamam a atenção, o que inclui a participação na definição de políticas potencializadoras da aglomeração.

Ainda entendendo-se o sistema de aprendizado de maneira subjacente ao de inovação, pode-se adotar as diretrizes de políticas apontadas por Cassionalto e Lastres (2003) para o sistema de inovação como diretrizes de políticas, também, para um sistema de aprendizado.

Primeiramente, se deveria identificar, na região, o conjunto de instituições, que dele participam, sob critério baseado no princípio da diversidade (heterogeneidades em experiências históricas, cultural e de língua), pois ele se manifesta na organização interna das firmas, na relação inter-firmas e entre instituições, no papel do governo, do setor público e nas políticas públicas, no setor financeiro e na P&D, etc. Em seguida, deveria se caracterizar essa diversidade, representando a aceitação de que ela implica em um arranjo único a ser pensado. Cada sistema sendo único (ligações particulares entre instituições e suas estruturas de incentivos e capacitações), por sua vez, implica na aceitação de que não existem regras gerais ou experiências replicáveis, de maneira a se dever buscar, na etapa seguinte, identificar os lugares-alvo da política.

Esses lugares-alvo nos autores supracitados – por terem como foco o sistema de inovação e não o de aprendizado – são aqueles mais voltadas para a inovação. Mais coerentemente com o objeto de nosso trabalho, podemos buscar em DiMaggio e Powell (1983) os lugares-alvos de políticas voltadas para o desenvolvimento regional dos sistemas que dão base à produção de uma organização específica.

Mais voltado para o desenho organizacional, DiMaggio e Powell (1983) consideram que o ambiente organizacional é institucionalmente determinado. Nesse sentido, ele não pode ser definido *a priori*. Apenas o seria através de investigação empírica que identificasse as assim chamadas por DiMaggio *apud* DiMaggio e Powell (1983) como quatro partes do processo de estruturação, ou determinação institucional do ambiente organizacional, que podemos entender como a) a extensão da interações entre as organizações; b) a estrutura de governança; c) o estoque de informações (conhecimentos) com o qual as organizações podem contar; e d) a solidariedade ou compromisso com as decisões comuns dentro do sistema.

As estruturas institucionais informais também têm espaço no desenho organizacional, se assim compreendido o que diz Andion (2003, p. 1.048),

As redes institucionais (entre grupos formais) podem ter fins de compra de bens e serviços ou ainda de troca de informação e know-how. Já as redes informais (familiares, profissionais ou de concentração) constituem laços de solidariedade indispensáveis para completar as redes institucionais. Esses dois tipos de redes estão na maioria das vezes, imbricadas e a sua fronteira nem sempre é claramente definida.

Buscando-se uma relação entre essas últimas considerações sobre o desenho institucional que compõe o ambiente organizacional, Pecqueur (2000) explica os envoltórios gerais entre organizações, ou instituições *latu sensu*, como constituídos de uma rede de relacionamentos formais e informais entre elas. Esse envoltório, para DiMaggio (apud DiMaggio e Powell:1983), dá a forma do ambiente organizacional, que segundo ele é institucionalmente determinado, a depender de como se dimensionam nessa rede as interações, como se configura a estrutura de governança, de qual estoque de informações as organizações podem contar e como a solidariedade se processa dentro do sistema. Dessas formas se distinguem, conforme Rolim (2004) três subsistemas, quais sejam de aprendizado, financeiro e de cultura produtiva.

É neste sentido que a explanação que se segue trata da constatação da presença ou não de aparelhos do Estado (tais como agências de desenvolvimento, organizações de treinamento, escritórios sub-regionais, etc.), universidades, institutos de pesquisa, agências de treinamento vocacional, transferência de tecnologia, parques tecnológicos, bancos, empresas em geral, entre outros, e da forma como eles se relacionam, para discutir o desenvolvimento na região do artesanato de Renda Irlandesa em Divina Pastora, em função daquela produção.

3. A PRODUÇÃO ARTESANAL

3.1 Origens, transformações, problemas atuais e enfrentamentos dos mesmos.

A atividade artesanal apresenta um obstáculo quando da inexistência de uma definição única para o termo artesanato. Desta maneira, foi adotado um conceito que mais se aproxima das preocupações deste artigo, conforme apresentado a seguir:

Artesanato é a atividade predominantemente manual de produção de bens, exercida em ambiente doméstico ou em pequenas oficinas, postos de trabalho ou centros associativos, no qual se admite a utilização de máquinas ou ferramentas, desde que não dispensem a criatividade ou a habilidade individual e de que o agente produtor participe, diretamente, de todas ou quase todas as etapas da elaboração do produto. (LIMA; AZEVEDO *apud* BANCO DO NORDESTE, 2002, p. 21).

De acordo com esta definição, a atividade artesanal é uma verdadeira expressão da cultura e transmite a criatividade do homem, na medida em que o desenvolvimento e a transformação dos meios de comunicação e transporte

tornaram o mundo mais próximo, despertando a população para busca das peculiaridades e originalidade de cada região, beneficiando o fluxo turístico.

As principais tentativas de transformação do artesanato como sistema de produção foram encontradas entre os povos primitivos, seguidos por grupos que desempenham atividades específicas. O artesanato consolidou-se, efetivamente, na Idade Média, onde os servos eram responsáveis pelos estamentos sociais. Mas durante muito tempo, procurava-se situar a atividade artesanal dentro do processo produtivo anterior à Revolução Industrial.

Com a expansão comercial, os artesãos deixam de trabalhar em guildas ou corporações de ofícios, e entram em contato com os grandes comerciantes que revendiam seus produtos.

O artesanato foi inserido na Região Nordeste na forma de uma diversificada produção, sob a influência das culturas indígena, africana e européia. Com a chegada dos jesuítas no Brasil, foi implantado um trabalho de catequese junto aos índios e escravos que vinham para as fazendas e aprendiam as tradições artesanais dos colonizadores.

Já em meados de 1550, as confrarias dos jesuítas foram se firmando como mecanismos operativos no contexto social e econômico no Brasil. Nesse sentido, segundo Pereira *apud* Araújo (2001, p. 30):

Ao findar o século XVI o artesanato no Brasil poderia ser genericamente compreendido como um conjunto de atividades manufatureiras. E nesse campo, nada de mais atividades significativas aconteceu nesse período, além do enunciado de alguns eventos, até certo ponto relevantes para o caso: o esforço empreendido pelos Jesuítas no adestramento da mão-de-obra e na organização do trabalho; a chegada dos primeiros artífices qualificados, vindo do rumo, para o exercício das tarefas específicas; a intensa traficância de escravos africanos que resultou no expressivo ingresso dos negros nas atividades manufatureiras; o surgimento de um sistema incipiente de organização artesanal e, por fim, a montagem dos primeiros núcleos de indústria doméstica, no que ressaltam os anais dos engenhos que, principalmente no Nordeste, originaram as mais variadas formas de artesanato e de arte popular ainda existente.

Com a chegada da industrialização no Brasil, algumas atividades artesanais, entraram em decadência, pois o principal problema estava na capacidade de competir com os produtos industrializados, enquanto outras desapareciam com o tempo, devido à falta de substância econômica. As que resistiram, geralmente manifestaram problemas decorrentes das transformações sofridas no pós-industrialização, tais como a forte presença dos atravessadores na comercialização dos produtos artesanais, a baixa qualidade dos produtos e os baixos rendimentos auferidos pelo artesão. Além disso, o artesanato passou a ser complemento de renda.

Ao final da década de 70 no séc. XX foi criado o Programa Nacional do Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), por meio do Decreto Federal 80.098, de 08 de agosto de 1977, no qual são apontadas as diretrizes para a promoção do artesão e do artesanato, quais são:

(a) promover, estimular, desenvolver, orientar e coordenar a atividade artesanal em nível nacional; (b) participar ao artesão condições de desenvolvimento e auto-sustentação, através da atividade artesanal; (c) orientar a formação de mão-de-obra artesanal; (d) estimular e/ou promover a criação e organização de sistemas de produção e comercialização do artesanato; (e) incentivar a preservação do artesanato em suas formas de expressão da cultura popular; (f) estudar e propor formas que definam a situação jurídica do artesão; (g) propor a criação de mecanismos fiscais e financeiros de incentivo à produção artesanal; (h) promover estudos e pesquisas para manutenção de informações atualizadas para o setor. (BANCO DO NORDESTE, 2002, p. 16).

O PNDA tinha caráter centralizador, *top-down*, das decisões sobre o artesanato, visto que se tratava de programas planejados, financiados e executados estritamente pelos ministérios. Era restrito à geração de emprego formal, sendo o Ministério do Trabalho o responsável pela coordenação do PNDA. O Estado, portanto, tinha papel de destaque, sendo praticamente único ator na promoção do artesanato.

Seguiu-se ao PNDA o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), no Governo Collor. Criado através do Decreto de 21 de março de 1991, o PAB ainda tinha caráter centralizador da promoção do artesanato no Brasil pelo Governo Federal. Mudava, porém a forma de tratamento e o status social conferido ao artesanato, que passara a ser objeto do Ministério da Ação Social, sob a supervisão da Secretaria Nacional de Promoção Social.

Subordinado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo através do Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, depois de extinto o Ministério da Ação Social, o caráter e tratamento do artesanato representados no PAB não são significativamente alterados, mas se enfatiza seu caráter de geração de emprego e renda.

O PAB ganhou status de Programa Orçamentário na proposta do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004-2007.

Em 2005 aconteceu a instalação do Primeiro Fórum do Artesanato. Nele passaram a ser definidas as diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas, de forma democrática e participativa, através da reunião das 27 coordenações estaduais do artesanato, atreladas a secretarias estaduais. Foi, então, impresso ao PAB a conotação de inclusão social e passou-se a considerar o papel de identidade cultural territorializada, bem como a construção participativa como caracterizadores do mesmo.

Em 2006, teve início o processo de elaboração de base conceitual do artesanato no Brasil e no Mercosul, quando também tem início no Brasil, a instalação do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro.

Vários projetos de lei foram criados nesse período para regulamentar a profissão, o produto e a estrutura institucional de apoio ao artesanato, a exemplo do Projeto de Lei nº 3.926 de 2004, 7.755, de 2010, 763, de 2011 e 4.544, de 2012.

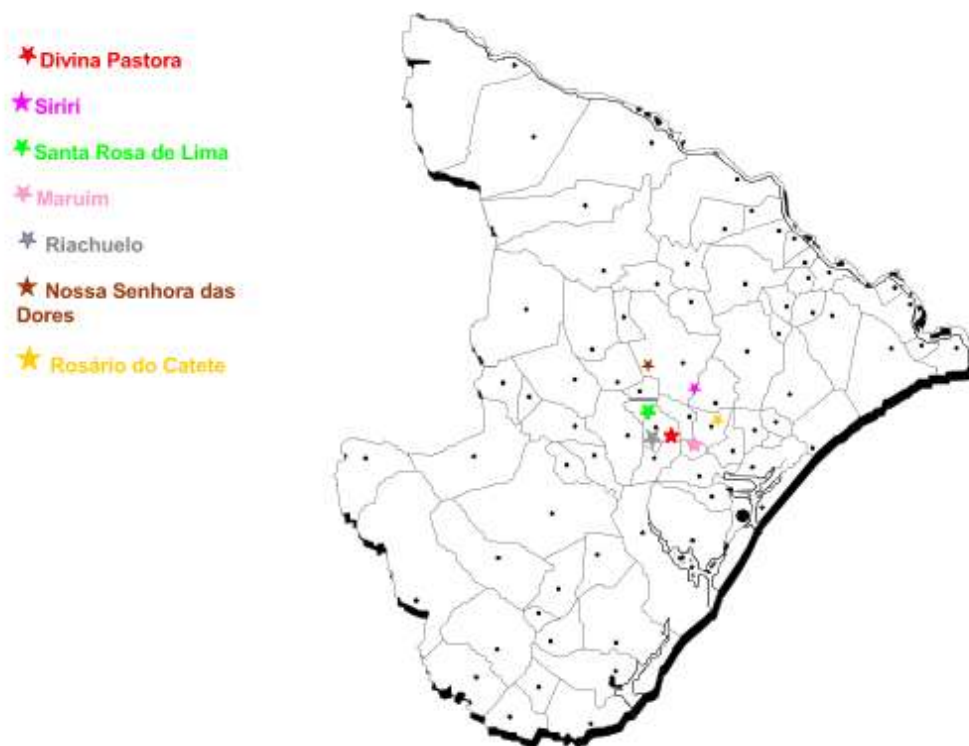
Todas essas construções recentes revelam o reconhecimento do papel da cultura, da inserção da unidade produtiva numa cadeia produtiva e comercial, bem

como da necessidade do suporte institucional (de leis, organizações governamentais e não governamentais).

3.2 O artesanato em Divina Pastora

O município de Divina Pastora está localizado na região oeste do estado de Sergipe, mais precisamente no polígono do Vale do Cotinguiba, distante 39 quilômetros da capital. Surgiu de um dos 400 currais de gado existentes no estado na época da invasão holandesa e cresceu com os engenhos. (CINFORM Municípios, 2002).

FIGURA 1: Mapa do Território Sergipano



Fonte: IPAHN (s.d.)

Conhecida como a terra da fé, da chegada São Benedito, do petróleo e do artesanato, Divina Pastora é detentora do Título de Patrimônio Cultural do Brasil ao Modo de Fazer Renda Irlandesa, conferido em janeiro de 2009 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, destaca-se também pelo Selo de Indicação Geográfica da Renda Irlandesa, registrado em dezembro de 2012 pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

A pequena cidade tem exploração do petróleo, com 258 poços em atividade, sendo considerada a 4ª maior produtora de petróleo do estado.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Divina Pastora reduziu 7,4% no período de 2006 a 2010, passando de R\$ 126,2 milhões para R\$ 116,8 milhões, enquanto o PIB estadual teve um crescimento de 58,2%. Com isso, a participação do PIB de Divina

Pastora no PIB estadual caiu de 0,83% para 0,49% no período analisado.

GRÁFICO 1: Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município em 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na estrutura econômica de Divina Pastora se destaca o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 75,6% em 2010. Com participação de 19,9% no PIB municipal, setor de serviços ocupa o segundo lugar.

O setor mais expressivo, porém decresceu de participação relativamente aos demais setores, como pode ser visto na figura abaixo. O mesmo aconteceu no estado, em que o setor industrial decresceu de 28,0% em 2006 para 25,5% em 2010.

GRÁFICO 2: Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado entre 2006 e 2010

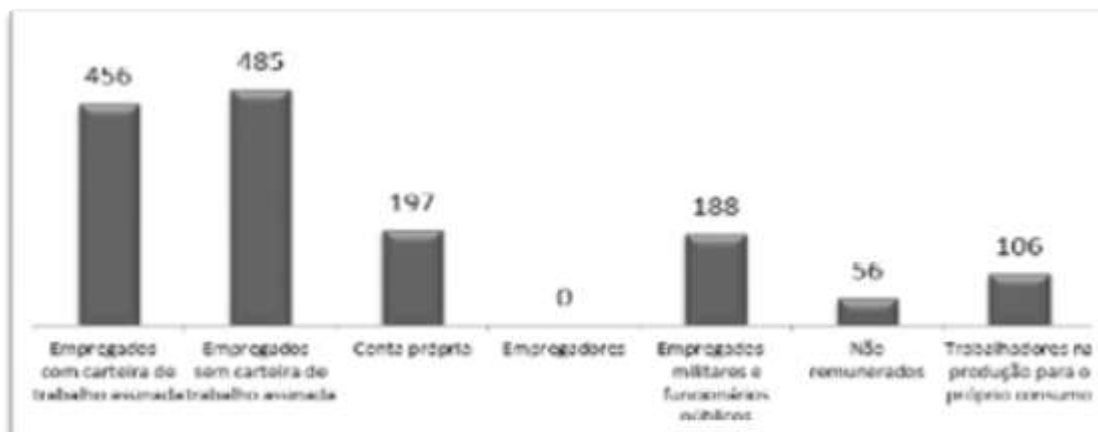


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Ao identificar, as pessoas que exercem uma atividade econômica, é possível verificar que a distribuição de pessoas ocupadas com carteira assinada, representa 30,6%, contra 32,7% que não tinham carteira assinada, 13,2% que atuam por conta

própria e 0% de empregadores. Os servidores públicos representavam 12,6% do total ocupado. 10,9% são trabalhadores sem rendimentos e que produzem para o próprio sustento.

GRÁFICO 3: Quantidade de pessoas de 16 anos ou mais ocupadas segundo posição na ocupação - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Quando considerados os dados do Censo Demográfico 2010, a taxa de extrema pobreza da população de Divina Pastora é de 46,71%. O percentual de moradores com 60 anos ou mais com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo em 2006 era de 6,1% e teve um aumento discreto para 7,1% no censo demográfico de 2010. Dados esse que não são piores do que os do estado, da Região e do país.

Diante disso, o artesanato ocupa um papel social importante.

Atualmente essa atividade artesanal é desenvolvida por mais de uma centena de artesãs de diversas idades. Todas do sexo feminino. Esse número representa cerca de 20% da população empregada.

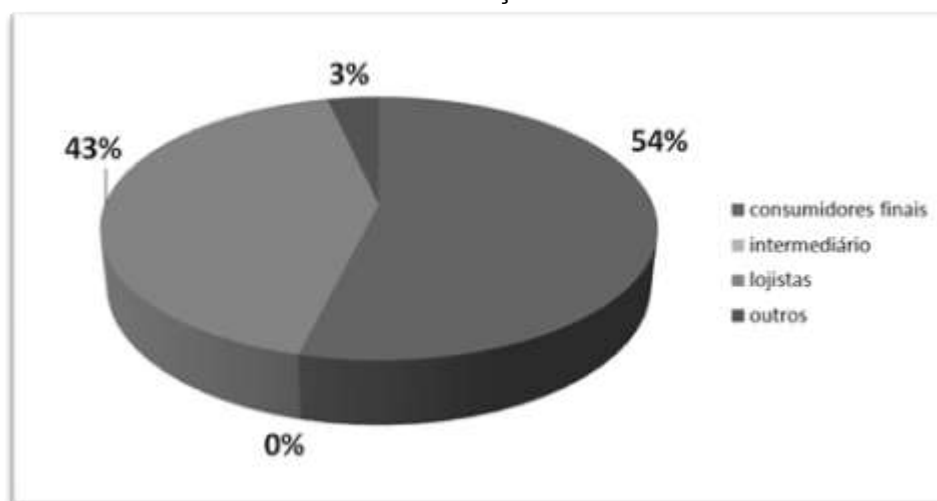
Considerando-se que praticamente metade da população empregada no município é do sexo feminino e que quase metade da população se encontra na extrema pobreza, não é pequena a chance de uma dessas rendeiiras tratadas estar nesse último quadro. Por outro lado, considerando-se a queda do PIB, a dinamização da produção da renda irlandesa pode trazer um alívio às pessoas de baixa renda.

Os fornecedores estão situados, principalmente na capital onde são adquiridos: linha *mercer-crochet* nº 20 e 40, linha âncora, linha Cléa, linha zebra, papel *craftt* e papel seda. Enquanto que, o cordão de *lacê* sedoso (código 61 06000) é fabricado pela YPU Artefatos de Tecido, Couro e Metal S/A localizada em Nova Friburgo/RJ.

O processo de comercialização das peças artesanais está distribuído, conforme o gráfico abaixo. Os consumidores finais e os lojistas são responsáveis pela aquisição de mais de 97% das peças produzidas, as quais são comercializadas em feiras e eventos promovidos por instituições parceiras. Há participação com menor intensidade em feiras e eventos fora do estado (SP, RJ, MG, DF, etc.) e do

país (Milão e USA), quando surge oportunidade.

GRÁFICO 4: Comercialização da Renda Irlandesa



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em Divina Pastora a Rede de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável articulado pela PETROBRAS, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (SEBRAE/SE), envolve 18 municípios petrolíferos com o objetivo de induzir os gestores a fomentar a promoção do desenvolvimento sustentável através da cultura da cooperação. Ela não tem ainda ações para a renda irlandesa.

Além da Rede de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável, o município conta com a Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (ASDEREN) fundada em 05 de dezembro de 2000, como orientação do Conselho da Comunidade Solidária, do Governo Federal, por meio do Projeto Artesanato Solidário. A ASDEREN tem como objetivo revitalizar o artesanato tradicional como alternativa de renda.

O SEBRAE desenvolve o Projeto de Artesanato, cujo principal objetivo é aumentar a produtividade das peças artesanais da técnica renda de agulha, sem perder a qualidade dessas.

Há a experiência-piloto no município de Divina Pastora com a finalidade de inserir potenciais empreendedores individuais nos municípios da cadeia produtiva de petróleo e gás. Essa ação é desenvolvida dentro do convênio de cooperação técnica celebrado entre a PETROBRAS e o SEBRAE/SE para o desenvolvimento de fornecedores. Seu foco é promover a implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, tendo como tripé as compras governamentais, a criação do agente de desenvolvimento municipal e a desburocratização. Quando se trata do artesanato, a proposta diz respeito à diversificação da produção das peças de Renda Irlandesa.

Outro item a destacar, é o trabalho voltado ao empreendedorismo religioso, pois acontecem romarias e peregrinações ao Santuário da Divina Pastora que se abriga na igreja matriz do município sempre no segundo domingo do mês de

outubro. Nesse sentido, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), desenvolve o Projeto de Turismo Religioso que visa criar no município um ambiente favorável e sustentável despertando para um aprendizado recíproco entre os envolvidos. Os projetos são caracterizados como de trabalho contínuo, não pontual, que possui interface com outras instituições. A principal dificuldade na execução dos projetos esbarra justamente na ausência de interesse dos envolvidos em participar de palestras, cursos, assistência técnica, entre outros.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é responsável por preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros e, em Sergipe não poderia ser diferente. Atualmente o IPHAN, acompanha o processo de salvaguarda do tombamento da Igreja Católica de Nossa Senhora Divina Pastora, preservando-a e restaurando-a; além de conferir o título de Patrimônio Cultural do Brasil ao modo de fazer Renda Irlandesa e também busca alternativas para substituição do cordão de *lacê* na ausência desse.

4. METODOLOGIA

Foi feita uma pesquisa de campo, com o universo das 50 (cinquenta) artesãs que integram a Associação para Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora - ASDEREN, localizada no município de Divina Pastora, os responsáveis pela ASDEREN e as organizações ligadas à renda irlandesa, ou à promoção do desenvolvimento local.

Elaboraram-se questionários estruturados, compostos de questões abertas e fechadas, que foram aplicadas *in loco*.

As questões procuram captar aquilo que é apontado no final da seção 2 acima como sendo as características de um ambiente institucional propício e promotores da organização produtiva, a partir dos subsistemas de informação de que ela precisa. Para cada um dos subsistemas de informação (aprendizado, financeiro e de cultura produtiva) foram levantadas as características identificadas como as partes do ambiente organizacional, quais sejam: as relações formais; o tamanho da rede de interações; a estrutura de governança; e a presença ou não de solidariedade. As relações informais e o estoque de informações que deveriam fazer parte dessa lista ficaram de fora, porque não se conseguiu, no prazo para a pesquisa, elaborar e aplicar questionários para as artesãs não associadas, potenciais grandes fornecedoras de informações sobre a informalidade, bem como não se identificou um método para inventariar estoque de informações relevantes.

Cada questionário foi elaborado com diferentes questões, conforme o grupo de respondente e os interesses apontados acima.

Os questionários foram aplicados em três grupos distintos, sendo o primeiro a ASDEREN, o segundo as artesãs e o último grupo de aplicação dos questionários, as organizações.

Com o questionário aplicado à ASDEREN, buscou-se conhecer a entidade, seus projetos e sua forma de atuação, se articulada, ou não com outras

organizações. O questionário aplicado às artesãs serviu para traçar o perfil do grupo e caracterizar a forma como elas se enxergam dentro da associação, bem como se atuam em prol de um objetivo comum e, ainda, para identificar os problemas por elas enfrentados no artesanato. No questionário aplicado às organizações, se buscou identificar o nível de relacionamento de algumas instituições com a ASDEREN. Com os questionários aplicados à ASDEREN e às demais organizações, buscou-se traçar o desenho institucional de relações em favor da produção da renda irlandesa, identificando-se seus pontos fortes e fracos.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, as informações foram sistematizadas em termos de frequência das respostas iguais, a partir dos dados primários tabulados. Para facilitar a análise dos resultados, os cálculos foram expressos em valores absolutos e relativos, conforme a média ou mediana das informações mais frequentes. Para a tabulação das perguntas em aberto, as respostas obtidas foram agrupadas e categorizadas para posterior interpretação, levando em consideração todos os aspectos destacados pelos respondentes. Vale a pena salientar que, em alguns cruzamentos, quando a pergunta foi considerada como sendo de resposta múltipla, as quantidades de citações serão sempre maiores que a quantidade de questionários aplicados.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. Do questionário aplicado às artesãs.

5.1.1 Perfil dos respondentes

A totalidade das artesãs é do sexo feminino. A maior parte delas encontra-se na faixa etária de 35 a 50 anos (58%), seguido pelo percentual de 25% e 15% para a faixa etária de 26 a 34 anos e de 51 a 65 anos, respectivamente.

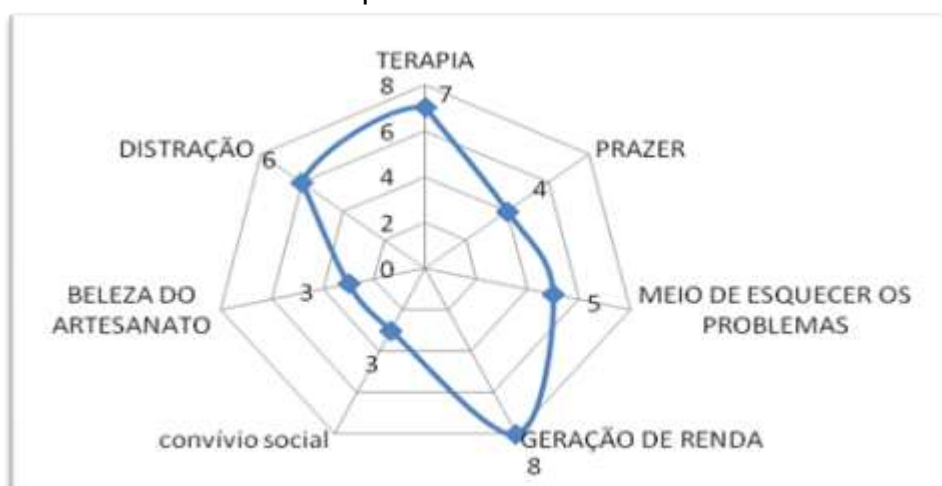
Quanto ao nível de escolaridade das artesãs, observa-se uma predominância de pessoas com 1º grau incompleto (72%), seguido pelas que possuem 2º grau completo (31%).

Quanto ao estado civil das artesãs pesquisadas, constata-se que, 40% delas são casadas, 30% solteiras e os outros 30% informaram outros tipos de união.

Em geral, o núcleo familiar é composto por 03 a 04 moradores, de acordo com 50% das 50 artesãs entrevistadas. Representando uma incidência para as famílias com até 04 moradores, não havendo, portanto, pessoas que vivem sozinhas ou acima de 06 moradores em sua unidade familiar.

Quando as artesãs foram questionadas sobre os principais motivos para trabalharem na confecção de peças artesanais, a geração de renda (dinheiro) resultante do trabalho com a renda irlandesa aparece como a principal razão.

GRÁFICO 5: Motivos para Trabalhar com a Renda Irlandesa



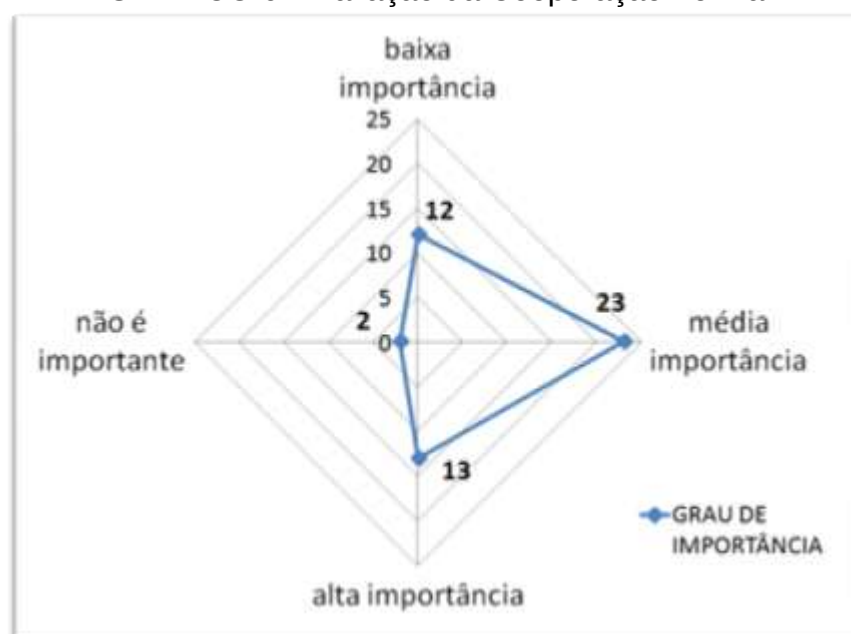
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A pesquisa revela que 90% das artesãs entrevistadas conseguem uma renda mensal familiar advinda da atividade artesanal de até 01 salário mínimo, seguido de 5% das que afirmam possuir uma renda mensal entre 01 e 02 salários mínimos.

5.1.2 Participação política e cooperação.

Quando as artesãs foram questionadas sobre cooperação da ASDEREN com outras organizações, a maioria das artesãs a considerou de média importância, como pode ser visto no Gráfico 6.

GRÁFICO 6: Avaliação da Cooperação Formal



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Já a ASDEREN, para elas, estaria assegurando ganhos e benefícios como permitir dar passos iniciais para a expansão e/ou abertura de novos mercados, o aumento da produtividade e do poder de barganha nas compras e vendas, o

aumento da qualidade dos produtos (peças artesanais confeccionadas), a existência de programas de apoio e promoção do artesanato, além da redução de custos com transporte, energia e insumos, (p.ex.: *lace*).

GRÁFICO 7: Vantagens adquiridas por estar inserida na ASDEREN

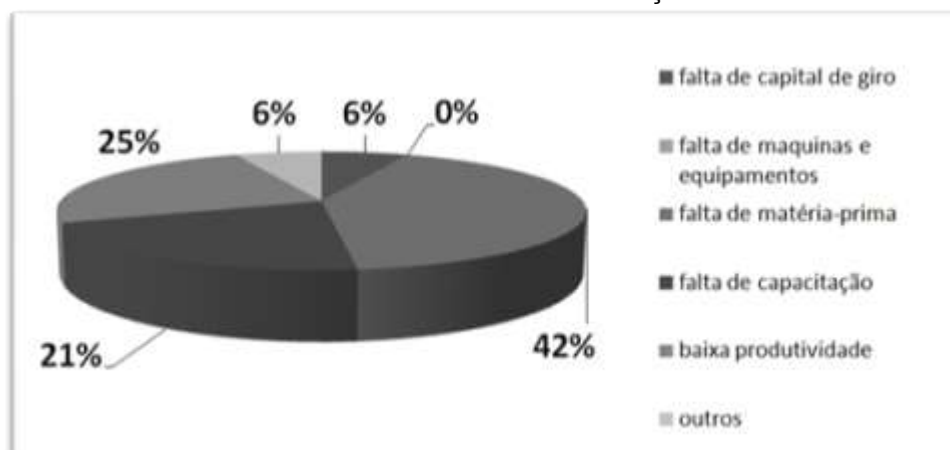


Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

5.1.3 Problemas indicados pelas respondentes.

Na produção, conforme o gráfico 8, as artesãs indicaram como principais dificuldades a falta de matéria-prima com destaque para o *lace*, a baixa produtividade e a ausência de capacitações específicas que melhore a qualidade das peças confeccionadas.

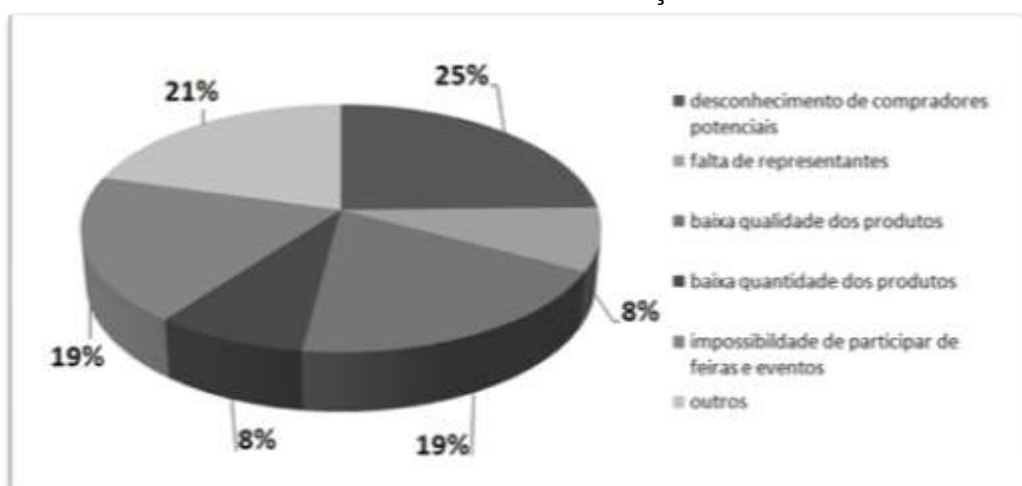
GRÁFICO 8: Problemas Enfrentados na Produção da Renda Irlandesa



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

As principais dificuldades apontadas para vender os produtos são: desconhecimento de compradores potenciais (25%), outros problemas diversos (21%), baixa qualidade dos produtos e impossibilidade de participar de feiras e eventos (19%, cada) e com 8%, respectivamente a falta de representantes e a baixa quantidade de peças produzidas.

GRÁFICO 9: Dificuldades na Comercialização da Renda Irlandesa



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Quanto ao financiamento, quando perguntado às entrevistadas se alguma vez já recorreram a empréstimos e qual a finalidade solicitada, detectou-se que 100% das pesquisadas afirmam nunca ter recorrido há financiamentos. Como as artesãs da ASDEREN nunca recorreram ao financiamento, não foi possível identificar os principais tipos de empecilhos para a obtenção do mesmo.

5.2 Do questionário aplicado à ASDEREN

A associação informou como motivos de sua criação características econômicas em rede, quais sejam: governança, fortalecimento do capital social, melhora nas relações institucionais, ganhos de mercado, melhora nos processos de aprendizagem, fomento à inovação (gestão, produto ou processo), aumento da qualidade no produto e aumento da capacidade produtiva.

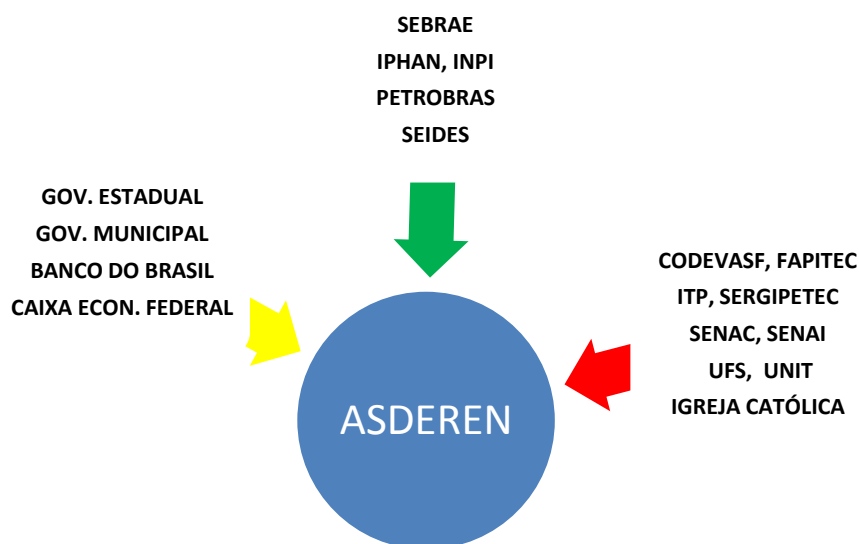
Sua diretoria é eleita de forma direta, com mandato fixo e a participação das associadas é ativa, o que permite envolvimento, democracia e poder por parte das artesãs.

A associação já desenvolveu e ainda desenvolve ações com poucos parceiros institucionais. Todas formais e todas voltadas para a promoção e difusão do artesanato local. O SEBRAE/SE vem realizando consultorias gerenciais, tecnológicas e de inovação, com o intuito de manter a identidade visual existente no grupo. A organização também proporciona as artesãs da renda irlandesa, capacitações em gestão do negócio, inserção do produto em novos mercados, e viabiliza a participação de representantes em feiras e rodadas de negócios, dando

oportunidades de negociar as peças da renda irlandesa, afastando à figura do atravessador. A SEIDES é a única responsável e com poderes para emitir o documento de identificação das artesãs. A Prefeitura Municipal fornece a logística para o envio de peças aos eventos e feiras do setor. O IPHAN realiza os registros conferidos à renda irlandesa.

A figura 2 apresenta de maneira simplificada a visão da ASDEREN com as parcerias desenvolvidas entre as instituições. Elas estão classificadas como: forte (verde), quando há um envolvimento grande ente as partes; médio, quando o relacionamento é moderado (amarelo), com intervenções sazonais e rotineiras; e fraco (vermelho), quando o relacionamento é pontual e/ou ponto significativo.

FIGURA 2: Mapa de Relacionamento Institucional



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

5.3 Do questionário aplicado às organizações

Das organizações com as quais a ASDEREN declarou ter parcerias, não foram entrevistadas a Petrobrás, o Governo do Estado, a CEF e a UFS. A SEIDES, importante parceira, segundo a própria ASDEREN, por sua vez, ficou de fora da lista de organizações com as quais as outras organizações respondentes avaliariam suas parcerias, apesar de ter sido ela mesma entrevistada.

Com esse problema da pesquisa, a amostra ficou composta pelo restante das organizações parceiras indicadas pela ASDEREN, inclusive a SEIDES.

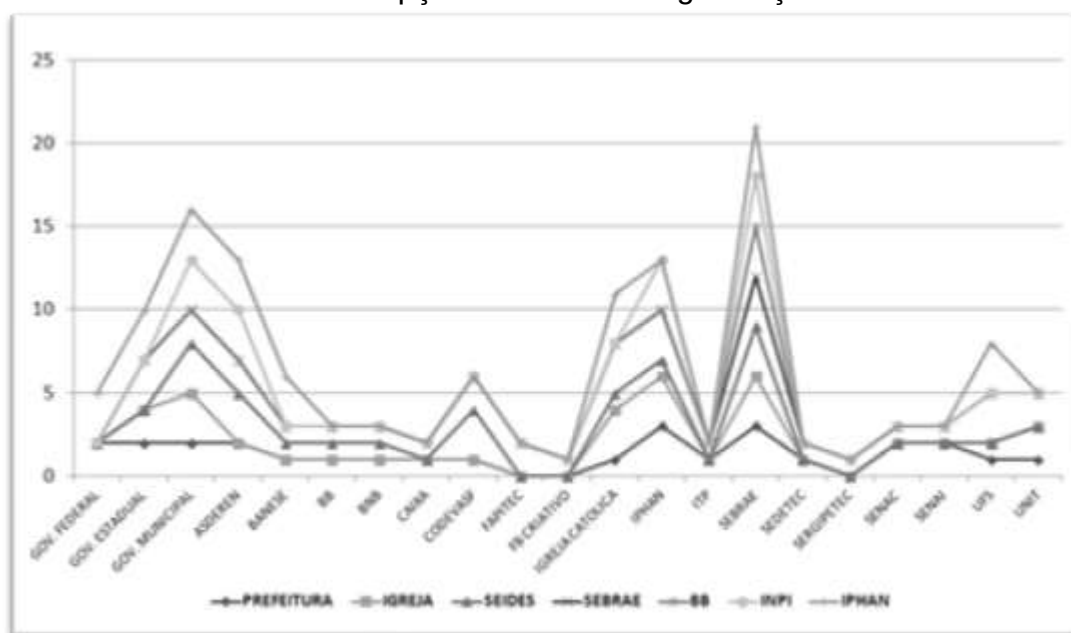
As organizações da amostra, com exceção do Banco do Brasil, disseram desenvolver ações para o desenvolvimento local em Divina Pastora. Apenas a Igreja Católica, o SEBRAE e o IPHAN declararam desenvolver ações informais naquele sentido. Todas, porém, declararam estar envolvidas em alguma cooperação para o desenvolvimento de Divina Pastora.

Todas também declararam envolvimento direto ou indireto de suas ações com a renda irlandesa em Divina Pastora e todas consideraram que o mercado da renda

irlandesa, a partir da produção em Divina Pastora, beneficia sua organização indiretamente. Não diretamente. Todas ainda citaram alguma forma de contribuição da ASDEREN para o desenvolvimento de Divina Pastora.

O gráfico 10 traz as declarações sobre grau de relacionamento com outras organizações, apresentadas pelas respondentes.

GRÁFICO 10: Percepção das Outras Organizações sobre as Demais



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados demonstraram que, a maioria das artesãs entrevistadas está enquadrada na condição de baixa renda, em função do número de moradores de cada unidade familiar, da baixa renda familiar e da baixa renda advinda da atividade artesanal. Apesar disso, o artesanato é tido por boa parte das artesãs como uma atividade secundária em termos de renda. Um complemento da renda familiar total. Seu papel mais importante é declaradamente o de satisfação pessoal e de interação social. O bem-estar das artesãs, assim entendido como a reunião desses fatores econômicos e não-econômicos, pode ser aumentado com o aperfeiçoamento das relações institucionais.

Por ter sido o universo da aplicação de questionários as organizações formais e as artesãs associadas, quase nada se detectou e, portanto, pouco se pode dizer sobre as relações informais que beneficiariam as artesãs, senão a informação prestada pela ASDEREN de nunca ter tido parcerias informais com nenhuma organização.

O maior número de artesãs não associadas do que associadas (70 x 50), indica pouca dependência das mesmas para com aquela organização.

Há, contudo o reconhecimento por parte das associadas de que a ASDEREN

as beneficia. Esse reconhecimento não é visto, contudo, em termos de parcerias com outras organizações. O que condiz com a declaração da ASDEREN de que já teve, ou mantém parcerias e relações institucionais fortes com apenas quatro organizações (IPHAN, SEIDES, SEBRAE e PETROBRAS). Mesmo aquelas parcerias declaradas médias ou fracas, em seu total, não conformam um grande número de organizações. Nesse sentido, as parcerias com governos (estado e município) e com organizações financeiras (BB e CEF) são consideradas médias, enquanto a parceria com a instituição religiosa (igreja católica) e científica (UFS) são tidas como fracas. Chama à atenção que, embora a parceria com o setor financeiro tenha sido declarada média, não há, nem houve, qualquer relação com os bancos de desenvolvimento regional, apesar da região ser atendida por dois deles (BANESE e BNB).

Houve falha na pesquisa ao não entrevistar a Petrobrás, o Governo do Estado, a CEF e a UFS, com as quais a ASDEREN declarou ter parcerias. Também constituiu um problema a SEIDES, importante parceira, segundo a própria ASDEREN, ter ficado de fora da lista de organizações com as quais as outras organizações respondentes avaliariam suas parcerias, apesar de ter sido ela mesma entrevistada.

Apesar disso, a amostra composta pelo restante das parcerias (SEIDES inclusive), revelou uma estrutura de relações suficiente para caracterizar uma APL para o artesanato da renda irlandesa no município de Divina Pastora. As relações nelas indicadas pelas declarações das suas organizações constituintes, também revelaram que existem espaços institucionais favoráveis à potencialização daquela produção e do bem-estar de suas artesãs. Nesse sentido, as parcerias de nível médio declaradas pela ASDEREN, com os governos estadual e municipal, podem ser reforçadas, ou complementadas pelas relações fortes com eles mantidas isoladamente pelo SEBRAE, SEIDES e IPHAN. Da mesma forma, as relações fracas que a ASDEREN mantém com a Igreja Católica e a Universidade Federal de Sergipe (representantes, respectivamente, da religiosidade e da ciência na identidade da APL) podem ser reforçadas pelas relações fortes mantidas pelo SEBRAE, SEIDES e IPHAN individualmente com essas últimas. Visto que o SEBRAE, SEIDES e IPHAN mantém entre si relações fortes, como por eles declarado, o apoio que individualmente cada um pode prestar à ASDEREN pode ser ampliado por aquela relação mútua. Finalmente, e de importância fundamental, as parcerias fracas que o SEBRAE e a SEIDES mantêm com o BANESE e o BNB, uma vez reforçadas pela relação forte entre esses e o IPHAN, podem se estender à ASDEREN, suprimindo uma evidente deficiência na APL, que é a falta de qualquer parceria entre aquela associação e esses bancos de desenvolvimento regional.

O acionamento dessas forças de relacionamento deve ser direcionado inicialmente ao atendimento das necessidades urgentes das artesãs, como por elas apontadas na forma de problemas na produção e na comercialização. Como objetivos dessa cooperação, devem se destacar a facilitação na obtenção da matéria-prima, com destaque para o *lacê*, o aumento da produtividade, o aumento

das capacitações específicas que melhorem a qualidade das peças confeccionadas e a abertura de novos mercados.

Uma vez feito isso, não só o número de associadas pode aumentar, como a renda resultante da produção pode passar a ocupar um papel de maior importância ao lado da satisfação pessoal das artesãs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S. e BRITO, J. **Arranjos Produtivos Locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE**. Rio de Janeiro: Rede Sist, 2002.

ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. RAP. Rio de Janeiro. 37 (5): 1.033-1.054, set./out. 2003.

ARAÚJO, Maria São Pedro Bispo de. **Artesanato e turismo em Sergipe: cenários futuros**. Dissertação (Monografia) - Universidade Tiradentes. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Turismo, Aracaju, 2001.

BANCO DO NORDESTE. **Ações para o desenvolvimento do artesanato do Nordeste**. 2ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.

CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, H. M. M. **Sistemas de Inovação: políticas e perspectivas**. In Revista Parcerias Estratégicas / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n. 08, (maio de 2000), Brasília: CGEE, pp. 23-41.

CASSIOLATO, J., LASTRES, H. e SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. NT 27 Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas. Rio de Janeiro, 2000.

CASSIOLATO, J. E. & SZAPIRO, M. **Uma Caracterização de Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas**. In Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local”, organizado por Helena M.M. Lastres, José E. Cassiolato e Maria Lúcia Maciel, Relume Dumará Editora, julho de 2003., capítulo 2.

CINFORM MUNICÍPIOS. **História dos Municípios: Um jeito fascinante de conhecer Sergipe**. Edição Histórica. Cinform: Jun.2002.

COSTA, J. S (org.). **Compêndio de Economia Regional**. Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR). Lisboa, 2002.

DIMAGGIO, Paul, J. & POWELL, Walter W. **The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields**. American Sociological Review, Volume 48, Issue 2 (April, 1983), 147-160.

LASTRES, H. M. M. & CASSIOLATO, J. E. **Novas políticas na Era do Conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais**. In Revista

Parcerias Estratégicas / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n. 17 (setembro 2003). Brasília: CGEE, pp. 5-30.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. **É possível a Existência de Sistemas Regionais de Inovação em Países Subdesenvolvidos?** Texto para Discussão n. 06-2004. NEREUS, Universidade de São Paulo.